

**BENO FREDERICO HUBERT**

**DA FRAUDE À EXECUÇÃO**  
**JURISPRUDÊNCIA NOS TRIBUNAIS**

Editora LEX

2005



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 347.952(81)**

**H878d**

**Código de barras: STJ00063286**

---

## **ÍNDICE**

01 - HIPOTECA LEGAL - Validade contra terceiros – Necessidade de inscrição e especialização - Aplicação dos arts. 828 do Código Civil e 134 do Código do Processo Penal - Voto vencido - Inteligência dos dispositivos supra	23
02 - FRAUDE A EXECUÇÃO - Alienação de imóvel objeto de penhora ainda não registrada - Procedência de ação pauliana	35
03 - EMBARGOS DE TERCEIRO - Aquisição de caminhão que veio a ser penhorado - Penhora não inscrita - Inexistência de fraude de execução	37
04 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Doação - Único bem dos doadores – Transcrição quando proferida sentença em ação de indenização contra eles ajuizada - Insolvência caracterizada - Rejeição de embargos de terceiro	38
05 - EMBARGOS DE TERCEIRO - Imóvel comprado antes de ser penhorado - Inexistência de fraude à execução – Procedência	40
06 - FRAUDE DE EXECUÇÃO - Pressupostos - Inocorrência na espécie - Embargos de terceiros procedentes	41
07 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Terceiro adquirente de parte de gleba litigiosa, em interdito de manutenção – Ação não inscrita no Cartório de Registro de Imóveis – Apelação provida - Embargos infringentes rejeitados – Aplicação do art. 281 do Decreto n. 4.857, de 1969	43
08 - PENHORA - Bem alienado - Fraude à execução - Aplicação do art. 592 do Código de Processo Civil de 1973 – Agravo provido	45
09 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Doação de bens a filhos – Liberalidade anterior à execução - Inocorrência de fraude a esta - Embargos de terceiro procedentes - Recurso provido	46
10 - EMBARGOS DE TERCEIRO - Execução de sentença em possessória - Depósito da coisa - Desnecessidade	50
11 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Compromisso de compra e venda preexistente à pendência da lide – Registro efetivado posteriormente - Procedência de embargos de terceiro - Recurso extraordinário conhecido e provido	55



12 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Cessão de direitos - Falta de registro - Irrelevância - Penhora posterior - Embargos de terceiro acolhidos - Apelação improvida – Voto vencido	57
13 - EXECUÇÃO - Alienação do imóvel pelo devedor - Fraude – Penhora não registrada - Irrelevância - Boa-fé do adquirente - Retenção por benfeitorias necessárias e úteis - Apelação provida em parte	62
14 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Delito não caracterizado sequer em tese - Renúncia a usufruto - Fato atípico, não previsto no art. 179 do Código Penal - Ausência, outrossim, de prejuízo - Justa causa, portanto, inexistente para a ação penal - Concessão de "habeas corpus" para o seu trancamento - Inteligência do art. 648, n. I, do Código do Processo Penal	63
15 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Venda de imóvel penhorado - Ineficácia do ato	66
16 - FRAUDE DE EXECUÇÃO - Imóvel penhorado – Alienação pelo devedor - Ineficácia - Inscrição da penhora – Dispensa - Apelação não provida - Honorários advocatícios	69
17 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Desnecessidade de provar a intenção fraudulenta - Embargos de terceiro improcedentes – Recurso não provido	72
18 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Devedor insolvente - Automóvel penhorado - Embargos de terceiro rejeitados – Apelação provida	74
19 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel penhorado - Alienação pelo executado - Circunstâncias que revelam fraude – Embargos de terceiro improcedentes – Recurso provido	76
20 - FRAUDE À EXECUÇÃO – Imóvel adquirido antes de ser penhorado - Inocorrência de insolvência do devedor – Fraude não caracterizada - Embargos de terceiro procedentes	78
21 - ESTELIONATO - Fraude à execução - Delito sequer em tese caracterizado Ausência de litígio civil - Falta de justa causa para a ação penal - Concessão de "habeas corpus" para o seu trancamento - Inteligência do art. 171, § 2º, n. II, do Código Penal	80
22 - DOAÇÃO - Imóvel único doado a filhos com reserva de usufruto - Ato que não infringe o art. 1.175 do CC	83
23 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de direitos após citação – Ineficácia - Arguição no processo de execução – Admissibilidade - Recurso provido	86



24 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel adquirido antes de ser penhorado - Devedor solvente - Inocorrência de fraude – Recurso provido	87
25 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel adquirido após a citação do devedor em ação movida por terceiro - Embargos de terceiro - Improcedência - Remição da dívida - Direito do adquirente - Recurso provido	88
26 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Delito de ação privada - Queixa, todavia, não proposta no prazo de seis meses do conhecimento do fato – Decadência operada - Concessão de "habeas corpus" para o trancamento do inquérito policial instaurado contra o paciente - Inteligência dos arts. 179, e seu parágrafo único, 105 e 108, IV, do CP e 38 e 648, I, do CPP	89
27 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel alienado posteriormente ao ajuizamento de execução - Penhora mantida – Embargos de terceiro ressaltados ao adquirente do imóvel - Agravo provido em parte	90
28 - PENHORA - Imóvel em nome de terceiro - Impossibilidade de registro - Dúvida procedente	93
29 - INSOLVÊNCIA CIVIL - Devedor com várias ações de cobrança - Irrelevância - Prova necessária	95
30 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Título de sócio proprietário de clube – Transferência a filho após penhora - Embargos de terceiro rejeitados	96
31 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Venda de automóvel - Devedor com outros bens - Hipótese não configurada - Recurso provido	97
32 - HIPOTECA LEGAL - Decisão que defere pedido de especialização, no curso de ação penal, sobre imóvel de propriedade do réu, acusado da prática de lesões corporais graves - Venda do prédio por ele na pendência da lide – Alegada fraude à execução - Inexistência - Decisão de primeiro grau ainda não transitada em julgado – Provimento a recurso para determinar o cancelamento do ônus - Inteligência dos arts. 134 e 135 do CPP e 593, II e III, do CPC	99
33 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Veículo vendido por devedor já acionado - Aplicação do art. 593 do CPC - Irrelevância da boa-fé do adquirente - Embargos de terceiro improcedentes - Recurso provido	104
34 - EXECUÇÃO FISCAL - Imóvel alienado pelo devedor na pendência de ação - Fraude à execução - Penhora admissível - Agravo provido	106



35 - PENHORA - Venda de bens pelo executado no curso da lide – Ineficácia - Fraude à execução - Embargos rejeitados	110
36 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel alienado na pendência de execução - Transmissões sucessivas - Ineficácia em relação ao credor – Embargos de terceiro improcedentes – Recurso provido	113
37 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Doação a filhos com reserva de usufruto - Embargos de terceiro oferecidos por estes – Improcedência	114
38 - DOAÇÃO - Fraude à execução - Embargos de terceiro improcedentes	115
39 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Penhora em bens da esposa já desquitada - Imóvel partilhado e já transcrito em seu nome - Embargos de terceiro recebidos	119
40 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bem penhorado – Ineficácia	119
41 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Imóvel adquirido em nome de filhos menores do executado - Arresto inadmissível	120
42 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Alienação de imóvel preexistente à pendência da lide - Registro efetivado posteriormente - Prevalência do negócio realizado	120
43 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel - Venda - Alienante não insolvente - Inocorrência de negócio fraudulento	120
44 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bens - Inexistência – Insolvência não comprovada à época da alienação – Aplicação, outrossim, da Súmula 279 do STF - Agravo regimental improvido	122
45 - EXECUÇÃO - Ausência de inscrição da penhora - alienação do bem penhorado - Efeitos	125
46 - EXECUÇÃO - Alienação de bem imóvel a terceiro - Fraude - Ineficácia do ato, e não nulidade - Cancelamento do registro e matrícula - Ilegalidade	128
47 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Dação em pagamento – Ato praticado após a citação do executado - Embargos de terceiro improcedentes	131
48 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel - Processo de conhecimento em curso - Caracterização	134
49 - EXECUÇÃO - Fraude - Inocorrência - Embargos de terceiro senhor e possuidor acolhidos	137



50 - EMBARGOS DE TERCEIRO - Alienação de títulos de crédito em fraude de execução - Cessão de notas promissórias emitidas por terceiros a favor do devedor (executado) e por este endossadas à embargante, sua ex-mulher - Pagamento de pensão alimentícia por força de separação judicial – Fraude à execução - Embargos improcedentes	139
51 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Alienação de imóvel penhorado - Bem pertencente a sócio - Execução, todavia, ajuizada contra a sociedade - Embargos de terceiro procedentes - Declaração de voto - Voto vencido	141
52 - PENHORA - Balcão frigorífico - Nomeação pelo devedor – Venda posterior - Fraude à execução configurada – Remoção para o Depositário público	141
53 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Penhora do direito de uso de linha telefônica - Venda a terceiro - Execuções já iniciadas contra o devedor – Desnecessidade de ação pauliana para sua anulação	144
54 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel penhorado – Existência de compromisso de compra e venda não registrado - Instrumento particular sem firmas reconhecidas - Falta de indicação, de forma idônea, da data do título, comprovando sua anterioridade à medida constritiva – Ineficácia - Embargos de terceiro improcedentes	147
55 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Reconhecimento - compromisso de compra e venda - Inadimplemento - Rescisão extra-judicial - Ineficácia - Imóvel com penhora já inscrita – Voto vencido	150
56 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Sócio principal de sociedade de responsabilidade limitada - Desligamento após condenação desta em juízo - Penhora de bens daquele – Validade	151
57 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel alienado pelo devedor no curso da ação - Ineficácia em relação ao credor – Embargos de terceiro improcedentes - Aplicação dos arts. 592, V, e 593, II, do CPC	151
58 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Penhora - Doação do imóvel penhorado pelo executado a seus filhos menores no curso da lide - Ineficácia – Embargos rejeitados - Declaração de voto - Voto vencido	153



59 - EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA-Penhora do imóvel-Sua alienação pelo devedor - Ineficácia - Fraude caracterizada – Indeferimento do pedido de cancelamento do registro de venda formulado pelo arrematante - Inadmissibilidade – Desnecessidade de propositura de ação anulatória – Agravo provido - Inteligência dos arts. 592, V, e 593, II, do CPC	155
60 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Dação em pagamento - Ação de conhecimento com sentença condenatória - Caracterização	156
61 - EMBARGOS DE TERCEIRO - Oferecimento por possuidor – Escrituras públicas de permuta e de transferência pré-existentes à pendência da lide mas não transcritas – Irrelevância - Inexistência de fraude à execução – Penhora não registrada – embargos acolhidos - Voto Vencido	159
62 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Pretendida insolvência do devedor - Casal separado judicialmente – Penhora de imóvel que coube à mulher - Insolvência não demonstrada - Interpretação de provas - Inadmissibilidade – Aplicação da Súmula 279 do STF - Recurso não conhecido	164
63 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Direito de uso de linha telefônica – Alienação antes da citação - Caracterização - Aplicação do art. 593, II, do CPC - Voto vencido	164
64 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação do único bem imóvel do devedor - Momento de sua caracterização	166
65 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Arresto de imóvel - Conversão em penhora - Alienação à sociedade civil pertencente unicamente aos executados - Caracterização - Embargos improcedentes	167
66 - REGISTRO DE IMÓVEIS - Cancelamento de registro de alienações fraudulentas - Fraude à execução caracterizada - Legitimidade do arrematante ou adjudicatário do bem para requerê-lo	169
67 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Imóvel arrestado - Conversão e penhora - Alienação do prédio anteriormente ao arresto – Irrelevância - Falta de registro - Transferência do domínio não consubstanciada – Fraude caracterizada – Desnecessidade de prova de insolvência - Venda ineficaz – Prosseguimento do feito - Declarações de votos vencedor e vencido	169





68 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel situado no foro da execução - Falta de prova da existência de outros bens no mesmo foro - Nomeação à penhora de outro imóvel, sem vínculo, localizado em outra comarca – Admissibilidade - Insolvência e fraude não caracterizadas - Eficácia da alienação	170
69 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel - Pendência de ação de cobrança de despesas condominiais capaz de reduzir o devedor à insolvência - Alegação de garantia do débito por penhora - Irrelevância - Bem levado a praça sem licitantes - Caracterização - Inteligência do art. 49, parágrafo único, da Lei 4.591/64	170
70 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Bem alienado na pendência da lide – Citação ainda não realizada -Boa-fé,do adquirente – Irrelevância - Embargos de terceiro improcedentes	171
71 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bens pelo devedor após a propositura da ação - Citação ainda não efetivada – Irrelevância – Inexistência de prova objetiva de que referida ação possa levá-lo à insolvência - Hipótese que se presume em razão da não nomeação de bens à penhora – Fraude caracterizada - Arresto dos bens alienados – Embargos de terceiro improcedentes - Inteligência do art. 593, II, a aplicação do art. 263 do CPC	172
72 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Concurso de pessoas – Admissibilidade - Querelados que participaram de desvio de bens praticado pelo autor principal do delito - Justa causa para o recebimento da queixa – Recurso provido – Inteligência dos arts. 179 e 29 (redação da Lei 7.209/84) do CP de 1940	174
73 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bens pelo executado antes de citação - Litispendência inexistente - Inteligência dos arts. 263, segunda parte, e 593, II, do CPC	177
74 - EXECUÇÃO - Penhora - Imóvel objeto de promessa de doação – Consumação e registro ainda não efetivados – Posse inapta para afastar a constrição - Existência de outros bens no patrimônio do executado - Irrelevância – Fraude caracterizada - Ineficácia da alienação - Embargos de terceiro improcedentes - Aplicação da Súmula 621 do STF	179





75 - PENHORA - Parte ideal de imóvel - Não menção à posse – Construção, portanto, relativa a direitos - Bem objeto de compromisso de compra e venda não registrado – Ineficácia perante terceiros - Fraude à execução caracterizada - Subsistência da medida executiva	181
76 - COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - Contrato não registrado – Penhora do imóvel - Inadmissibilidade – Compromissário imitado na posse há longos anos – Escritura pública irretratável lavrada antes da efetivação da construção - Existência, ademais, de bens suficientes ao pagamento do débito - Fraude à execução não caracterizada - Abrandamento da Súmula 621 do STF – Declarações de votos vencedor e vencido	182
77 - PENHORA - Imóvel alienado a terceiro - Construção admissível - Compra e venda celebrada na pendência de processo de conhecimento contra o alienante - Demanda capaz de reduzi-lo à insolvência - Fraude à execução caracterizada independentemente de ainda não estar aparelhada a execução à época da venda - Ineficácia da alienação perante o credor reconhecida nos próprios autos de embargos de terceiro - Admissibilidade - Desnecessidade de remessa às vias ordinárias	186
78 - PENHORA - Imóvel objeto de compromisso de compra e venda - Construção inadmissível - Ajuste celebrado antes do ajuizamento da execução - Fraude não caracterizada – Irrelevância de não estar o contrato registrado – Embargos de terceiro procedentes - Admissibilidade de defesa apenas da posse - Inaplicabilidade da Súmula 621 do STF	189
79 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Partilha amigável por instrumento particular - Apresentação em inventário quando pendente demanda executória e com impontualidade e insolvência caracterizadas - Herdeiro que se despoja de seus bens de forma a retirar a garantia dos credores - Manifesta intenção de fraudar - Nulidade decretada	192
80 - EXECUÇÃO -; Embargos de terceiro - Alegação de posse advinda de contrato de compromisso de compra e venda não registrado - Admissibilidade – Existência de provas acerca de desfrute de posse mansa e pacífica, envolvida, ademais, pela boa-fé - Fraude à execução inexistente – Aplicação com art. 1.046, § 19, do CPC - Inaplicabilidade da Súmula 621 do STF	194



81 - PENHORA - Registro contra quem não é parte na execução - Admissibilidade na espécie - Imóvel alienado pelo devedor em fraude executória e registrado em nome do terceiro adquirente, já declarada em juízo a ineficácia da transmissão - Providência que não acarretará o cancelamento do domínio do terceiro, qualificando apenas a persistência do bem jungido à execução e aos efeitos jurídico-processuais consectários - aplicação dos arts, 240 da Lei 6.015/73 e 859 do CC	197
82 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bens pelo executado antes da citação -, Litispendência inexistente - Inteligência do art. 593, II, do CPC	199
83 - PENHORA - Imóvel objeto de compromisso de compra e venda registrado - Contrato posterior ao registro da constrição - Embargos opostos pelo terceiro adquirente – Impossibilidade de sustação da execução até decisão final – Presunção "jûris et de jure" de fraude de transação posterior que não pode ser afastada pela alegada boa-fé do contratante – Aplicação do art. 240 da Lei de Registros Público	204
84 - PENHORA - Imóvel objeto de compromisso de compra e venda não registrado - Embargos opostos pelo terceiro adquirente - Admissibilidade - Existência de prova do desfrute da posse - Fraude à execução inexistente, uma vez que o bem já se encontrava fora do patrimônio do devedor muito antes da constituição do débito cujo inadimplemento ensejou a execução - Inaplicabilidade da Súmula 621 do STF	206
85 - PENHORA - Imóvel objeto de compromisso de compra e venda não registrado - Embargos opostos pelo terceiro adquirente – Admissibilidade se existente prova de desfrute da posse e não configurada fraude à execução – Abrandamento do rigor da Súmula 621 do STF	208
86 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel penhorado – Ineficácia da venda - Irrelevância de a constrição estar ou não registrada – Investigação acerca da boa ou má-fé do adquirente desnecessária na espécie	210
87 - PENHORA - Imóvel objeto de doação de ascendentes a descendente - Escritura registrada posteriormente à constrição - Fraude à execução caracterizada - Embargos de terceiro opostos pelo donatário improcedentes – Aplicação da Súmula 621 do STF	212



88 - LINHA TELEFÔNICA - Transferência de assinatura – Efetivação depois de penhorado o bem - Fraude à execução - Ineficácia da venda – Irrelevância de não ter sido comunicada a constrição à empresa de telefonia, uma vez desnecessária, na espécie, a investigação da boa ou má-fé do adquirente	214
89 - PENHORA - Imóvel posteriormente partilhado amigavelmente em inventário - Bem que coube com exclusividade a filho do executado falecido e irmão do co-executado, declarada no inventário a inexistência de dívidas e omitida a constrição - Fraude à execução caracterizada - Irrelevância de não estar aquela registrada - Embargos de terceiro improcedentes – Litigância de má-fé configurada - Aplicação dos arts. 593, II, e 17, III, IV e VI, do CPC	216
90 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bens nomeados operada após a citação porém antes da penhora – Presunção relativa, e não absoluta - Caracterização que depende de prova da insolvência, a cargo do credor – Inteligência do art. 593, I e II, do CPC	218
91 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bens antes da citação do devedor – Litispendência inexistente - Inteligência do art. 593, II, CPC	222
92 - PENHORA - Imóvel objeto de compromisso de compra e venda não registrado - Embargos opostos pelo terceiro adquirente – Admissibilidade desde que devidamente imitido na posse e não configurada fraude à execução	227
93 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Renúncia do direito de usufruto pelo detentor após a citação, ficando reduzido à insolvência - Ineficácia do ato em relação ao exeqüente – Aplicação do art. 593, II, do CPC	229
94 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação do bem pelo executado antes da citação – Litispendência inexistente - Inteligência dos arts. 219, 263, 592, V e 593, III, do CPC	231
95 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Cancelamento de registro de alienações fraudulentas - Legitimidade do arrematante ou adjudicatário do bem para requerê-lo e não do exeqüente	233
96 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bens antes da citação do devedor – Litispendência inexistente - Inteligência do art. 593, II, do CPC	235



97 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel penhorado – Execução em comarca diversa - Escritura – Lavratura somente com certidão negativa do Cartório de Registro de Imóveis - Insuficiência para afastar a fraude – Ineficácia da alienação em relação ao exeqüente – Recurso provido - Inteligência da Lei 7.433/85	236
98 - PENHORA - Imóvel objeto de doação a filhos menores em separação judicial - Inadmissibilidade - Escritura registrada posteriormente à constrição - Irrelevância – Homologação judicial que toma definitiva a liberalidade – Fraude à execução inexistente - Embargos de terceiro procedentes - Declaração de voto	238
99 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Execução por título judicial – Alienação de único bem disponível para a penhora – Realização do negócio posteriormente - ao trânsito em julgado da sentença - Suficiência da citação válida para o processo de conhecimento - Ineficácia da venda – Recurso provido	241
100 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Cancelamento de registro de alienação fraudulenta - Providência que compete ao juízo da execução	242
101 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de imóvel penhorado – Insuficiência do ajuizamento da ação para a sua caracterização - Necessidade de citação válida do executado	243
102 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Reconhecimento - Ineficácia da alienação de bens - Possibilidade de ser declarada incidentalmente no processo de execução, independe de ação específica	249
103 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bens após a citação do executado - Solvabilidade - Ônus da prova que compete ao demandado – Votos vencidos	251
104 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bem pelo devedor após o ajuizamento da execução - Inexigibilidade da citação ou da penhora para a sua caracterização	2551
105 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação de bens pelo executado antes da citação - Fraude que se configura pelo simples ajuizamento da ação	258
106 - COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - Contrato não registrado - Penhora do imóvel - Embargos opostos por terceiro adquirente em defesa da posse - Admissibilidade – Fraude à execução, ademais, não configurada, vez que a data do compromisso é anterior ao ajuizamento do pedido do arresto	260

**Localização: 347.952(81)**

**H878d**

**Código de barras: STJ00063286**



107 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bem pelo executado antes da citação - Inteligência do art. 593, II, do CPC	261
108 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Promessa de doação do imóvel aos filhos acordada em separação judicial - Avença válida que se, não reúne força transmissiva de conteúdo dominial, nem por isso deixa de atuar como expressivo elemento desfigurador da idéia de fraude - Irrelevância que o ato de liberalidade acabou se efetivando quando já ajuizada a execução contra o doador - Votos vencidos	263
109 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - alienação de bem livre e desembaraçado - Penhora anterior garantindo o Juízo - Estado de insolvência inócurrenente	268
110 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - doação, à filha menor, do único bem imóvel que possuía o devedor, no decorrer do processo de conhecimento da ação de cobrança movida contra ele - Recurso improvido	269
111 - EMBARGOS DE TERCEIRO - Penhora - Imóvel, objeto de compromisso de compra e venda não registrado – Oposição por adquirente - Admissibilidade - Celebração do contrato em data certa a anterior à realização da sua penhora – Fraude à execução, não configurada	273
112 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Escritura pública de compra e venda de imóvel lavrada antes de ajuizada a ação revisional - Irrelevância do registro ocorrido após a penhora - Embargos de terceiro procedentes	276
113 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Varão que renunciou a sua meação no curso da ação - Citação – Desnecessidade - Inteligência dos arts. 263 e 593, II, do CPC - Declaração de voto vencido	278
114 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Instituto que tem por finalidade a defesa eficiente dos atos processuais em andamento	282
115 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Solvência do executado – Fato que impede o seu reconhecimento	284
116 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Embargos de terceiro – Comprador com pleno conhecimento do estado de insolvência do devedor - Caracterização do consilium fraudis - apreciação na mesma via dos embargos Admissibilidade	286



117 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Alienação de imóvel feita por co-devedor - Execução do débito garantida por bens suficientes à sua satisfação - Boa-fé do vendedor e do adquirente caracterizada	293
118 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Pressupostos - Litispendência e frustração dos meios executórios	295
119 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Alienação ou disposição do bem posterior à demanda sujeito à constrição - Não eficácia ante o credor – Desnecessidade de penhora ou inscrição da citação para a sua caracterização	298
120 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inexistência - Alienação feita quando não havia qualquer demanda contra os vendedores - Inteligência do art. 593 do CPC	300
121 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Ausência de citação válida do devedor - Insuficiência do ajuizamento da execução para sua configuração	304
122 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Venda de imóvel penhorado por débito de pessoa jurídica à qual pertence o alienante – Adquirente que não tinha conhecimento do gravame	305
123 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Compra e venda - pedido de cancelamento do respectivo registro do imóvel alienado – Inadmissibilidade – Negócio jurídico ineficaz apenas em relação a terceiros	307
124 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Compra e venda - Escritura pública lavrada antes da constituição do crédito tributário - Irrelevância de o registro ter-se dado após a execução fiscal	309
125 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Imóvel cuja transcrição no registro imobiliário não se aperfeiçoou antes da citação do devedor - Admissibilidade da penhora - Voto vencido	311
126 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Ausência de registro no cartório competente da penhora incidente sobre o imóvel - Inexistência de má-fé do adquirente, uma vez não demonstrado que este tinha ciência da constrição sobre o bem adquirido	316
127 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização que depende do ajuizamento de ação, com citação válida - Inteligência do art. 593 e incisos do CPC	319





128 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Penhora – Alienação de bem e instituição de usufruto posteriores ao ajuizamento da execução - Desnecessidade da inscrição da constrição - Inteligência do art. 593, II, do CPC	323
129 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Venda de imóvel por co-devedor - Penhora de bens suficientes à satisfação do débito - Insolvência do executado não configurada a boa-fé do comprador demonstrada	325
130 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Interposição de ação específica para sua declaração - Admissibilidade - Possibilidade de a fraude ser reconhecida incidentalmente no próprio processo de execução que não exclui as demais, possibilidades de requerimento, sob pena de ferir o princípio contido no art. 5º, XXXV, da CF	328
131 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Transferência de parte de imóvel por dação em pagamento quando já instaurado processo com citação e intimação da penhora	330
132 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização – Compromisso de compra e venda - Registro posterior à penhora - Hipótese em que a alienação se deu anteriormente à propositura da ação de execução	332
133 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - alienação de bem na pendência de ação de execução, mesmo antes da penhora – Irrelevância da prova do concilium fraudis	335
134 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Ausência de registro da penhora efetuada antes da vigência da Lei 8.953/94 - Bem alienado sucessivamente – Inexistência de comprovação de que o terceiro adquirente tinha conhecimento da constrição - Validade do negócio dada a prevalência da boa-fé	338
135 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Bem alienado na pendência de ação de execução fiscal – Inexistência do registro da penhora nos termos do art. 7º, IV, da Lei 6.830/80 - Necessidade de se demonstrar a ciência pelo terceiro adquirente da existência da demanda ou da constrição	343
136 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Bem alienado antes do registro da penhora - Subsistência da venda em face de terceiros de boa-fé - Inteligência do § 4º do art. 659 do CPC, acrescentado pela Lei 8.953/94	347





137 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Executado que, no curso do processo de conhecimento que irá gerar o título executivo, pratica atos ou negócios jurídicos que possam tornar inócuos, no futuro, os provimentos executivos destinados a satisfação do crédito	349
138 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Alienação de bens realizada após o ajuizamento da execução – Irrelevância da data da citação dos executados – Interpretação do art. 593, II, do CPC	349
139 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Alienação do bem imóvel na existência de lide pendente, capaz de reduzir o devedor à insolvência - Desnecessidade do registro da penhora - Norma contida no § 4º do art. 659 do CPC, acrescentado pela Lei 8.953/94, que não modificou o disposto no inc. II do art. 593, também do CPC - Voto vencido	351
140 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de imóvel Inexistência de ação ajuizada, com citação válida, contra o vendedor quando da celebração do negócio - Inteligência do art. 593 do CPC	362
141 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Imóvel alienado pelos devedores depois de citados na execução, e transferido, pelos adquirentes, a terceiro após efetivada a penhora - Necessidade, na primeira hipótese, de prova de que a demanda reduziria os devedores à insolvência e de que o adquirente tinha motivo para saber da existência da ação – Segundo hipótese que dependeria do registro da penhora, a cargo do exeqüente, ou de prova de má-fé do subadquirente - Inteligência do art. 593, II e III, do CPC	366
142 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização – Registro de transferência de imóvel arrestado após à distribuição da ação de execução, mas antes da citação - Interpretação do art. 593 do CPC	372
143 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Adquirentes do imóvel que não sabiam da existência da ação nem nada sobre isso constava no cartório imobiliário, e alienação que não reduziu o devedor à insolvência – Interpretação do art. 593, II, do CPC	374



144 - AGRAVO DE INSTRUMENTO- Fraude à execução – Interposição do recurso contra decisão que reconhece a existência de fraude, julgando ineficaz a alienação do bem penhorado - Inadmissibilidade, mormente se ajuizados, também, embargos de terceiro, via na qual se pode obter de imediato a suspensão dos efeitos do ato de constrição	379
145 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Venda de imóvel penhorado em execução fiscal - Declaração de ineficácia do negócio em relação ao credor, no entanto, que depende da necessária intimação do adquirente para fazer parte do processo	381
146 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização que depende de prova de que a alienação do bem, antes da constrição judicial, reduziu o executado a um estado de insolvência - Interpretação do art. 593, II, do CPC	386
147 - EXECUÇÃO FISCAL - Fraude à execução – Caracterização - Venda de veículo pertencente a sócia, na pendência de alienação fiscal movida contra a sua empresa desprovida de bens patrimoniais – Alienação que deve ser havida por inexistente – Inteligência do art. 185 do CTN	390
148 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Reconhecimento – Circunstância que não impõe o imediato cancelamento dos atos registrários - Oneração que é apenas ineficaz em relação ao processo de execução, pois, somente após a alienação judicial e para efeito de registro da carta de arrematação ou adjudicação, é que deverão ser cancelados aqueles registros	392
149 - EXECUÇÃO FISCAL - Fraude à execução - Inocorrência – Alienação de bens pelo sócio-gerente antes da sua citação - Irrelevância de a pessoa jurídica ter sido citada antes do negócio	395
150 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação, pelo devedor, de quotas sociais que estavam livres de constrição – Admissibilidade ainda que ao tempo da transação e execução já estivesse em curso - Hipótese em que não comprovada a insolvência do executado, estando o juízo, ainda, garantido pela penhora de bens móveis e imóveis	397
151 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação do bem a terceiro antes do ajuizamento da ação contra devedor - Interpretação do art. 593 do CPC	402

**Localização: 347.952(81)**

**H878d**

**Código de barras: STJ00063286**



152 - EXECUÇÃO FISCAL - Fraude à execução - Inocorrência – Alienação de imóvel sobre o qual recai penhora não registrada em cartório e cuja transação operou-se antes da regular citação de que havia executivo fiscal em andamento - Presunção da fraude, contida no art. 185 do CTN, que não é de índole subjetiva, mas objetiva	405
153 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Insolvência de fato - Pressuposto indispensável na hipótese prevista no art. 593, II, do CPC - Inexistência da inscrição no registro predial da citação do devedor, em ação que poderia reduzi-lo à insolvência, que impõe ao credor demonstrar que o terceiro adquirente do bem, alienado em momento posterior à efetivação do ato, tinha conhecimento da existência da demanda	412
154 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Alienação do imóvel depois do ajuizamento da execução – Irrelevância de que a penhora não tenha sido registrada	415
155 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Alienação realizada antes da ocorrência da citação válida – Hipótese em que configurada a insolvência do devedor – Necessidade, entretanto, de analisar a época em que ocorreu o ato de transcrição do imóvel no Registro Imobiliário, em função de ser este o momento em que se transfere a propriedade e não a data da lavratura da escritura - Interpretação do art. 593, II, do CPC	417
156 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Imóvel alienado pelos devedores depois de citados na execução, é transferido, pelos adquirentes, a terceiro, após efetivação da penhora - Necessidade, na primeira hipótese, de prova de que a demanda reduziria os devedores à insolvência e de que o adquirente tinha motivo para saber da existência da ação – Segunda hipótese que dependeria do registro da penhora, a cargo do exeqüente, ou da prova de má-fé do subadquirente - Inteligência do art. 593, II e III, do CPC	420
157 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização – Comprovada existência de outros bens de valor maior que o devido – Necessidade de que a alienação ou oneração do bem, ainda não constrito, conduza o devedor ao estado de insolvência – Inteligência do art. 593, II do CPC	426



158 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Dação em pagamento de imóvel a terceiro quando a ação executiva tinha-sido apenas instaurada, não havendo prova cabal de que o devedor tenha se esquivado ao cumprimento da citação - Presunção de insolvabilidade elidida, ademais, uma vez que o inadimplente, por ocasião do ato citatório, apresentou outros bens à penhora	429
159 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Inocorrência - Incorporação de empresas feita por escritura pública - Circunstância que não tem o condão, por si só, de transferir a propriedade de imóvel da incorporadora à incorporadora, dado que o domínio dos imóveis se transmite pelo registro do título aquisitivo no registro imobiliário - Incorporação que não afeta alienação posterior feita a terceiro que não teve ciência da unificação - Interpretação dos arts. 593, II, e 659, § 4º, do CPC	434
160- FRAUDE À EXECUÇÃO - Credor que interpõe ação cautelar autônoma visando à declaração de ineficácia do negócio jurídico - Desnecessidade - Pedido que pode ser realizado no próprio processo executivo	438
161 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Alienação de bem particular por sócio, após sua citação na qualidade de representante legal da empresa - Inocorrência de reserva de bens que garantissem o pagamento da dívida	441
162 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Caracterização - Presunção do consilium fraudis - Alienação do bem, pelo devedor, quando ao seu tempo tramitava demanda capaz de reduzi-lo à insolvência – Prescindibilidade que haja inscrição da penhora bastando a existência da lide pendente e a situação de insolvência do devedor para anular o ato e tornar ineficaz a transação, a qual poderá ser declarada incidentalmente no processo de execução	443
163 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização – Transferência a terceiro de parte do imóvel, objeto de penhora, por força de decisão judicial, como forma de indenização - Verba de caráter alimentício que toma impenhorável a parte do imóvel - Inteligência dos arts. 602, 649, VII, do CPC e art. 184, in fine, do CTN	445



164 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Ocorrência - Execução fiscal – Alienação de linha telefônica após o ajuizamento do executivo, encontrando-se a executada em situação pré-falimentar - Irrelevância da boa-fé do terceiro adquirente	449
165 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Dação em pagamento de imóvel a terceiro precedentemente à inscrição da penhora- Irrelevância que a citação e a intimação do gravame tenha precedido à alienação – Inteligência do art. 659 do CPC, com a redação dada pela Lei 8.953/94	454
166 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bem particular de sócia da empresa - Ação em andamento, à época da venda, interposta contra a pessoa jurídica	458
167 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de bem a terceiro, antes da propositura da ação e citação válida do executado - Necessidade, ainda, de que a venda do imóvel seja realizada após o registro da constrição	459
168 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Descaracterização - Alienação de veículo automotor antes da citação do devedor e da inscrição da penhora - Ausência de praxe pelos adquirentes de pesquisar junto a cartórios de distribuição e protesto para verificar se contra o alienante pesa alguma execução	462
169 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Sociedade comercial – Cisão parcial - Responsabilidade solidária da sociedade que absorveu parte do patrimônio da companhia cindida	465
170 - FRAUDE À EXECUÇÃO - Aquisição de bens já penhorados – Prova da compra e venda efetivada por meio de documentos antedatados – Firmas reconhecidas após o início do processo executivo - Fraude reconhecida – Inteligência dos arts. 593, II, do CPC e 102, III, do CC	466

